



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE PRAIA GRANDE

FORO DE PRAIA GRANDE

2ª VARA CRIMINAL

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -
CEP 11705-090

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013395-98.2014.8.26.0477**
Classe - Assunto **Inquérito Policial - Roubo Majorado**
Autor: **Justiça Pública**
Réu: **NELSON NEVES SOUZA JUNIOR**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Ruivo Nicolau**

NELSON NEVES SOUZA JÚNIOR, devidamente qualificado, foi denunciado como incurso no **artigo 157, parágrafo 2º, inciso II, do Código Penal**, porque no dia 30 de junho de 2014, por volta das 16 horas e 15 minutos, na Avenida Presidente Kennedy, n. 500, no bairro Vila Guilhermina, nesta cidade e comarca de Praia Grande, agindo em concurso e unidade desígnios com um segundo indivíduo não identificado, subtraiu, para si e para outrem, mediante violência e grave ameaça exercida com a simulação do emprego de arma de fogo, um cartão bancário Bradesco, além da quantia em dinheiro de 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), pertencente à vítima C.E.C.

Relatório final da autoridade policial (fl. 20/22).

A **denúncia** foi recebida em 26 de setembro de 2014 (fl. 30/31).

O acusado foi **citado** e apresentou **defesa preliminar** (fl. 80/101).

Durante a **instrução** foram ouvidas a vítima, duas testemunhas e o réu foi interrogado (fl. 129).

Em sede de **memoriais**, o **Ministério Público** requereu a improcedência da ação penal ante a insuficiência probatória (fl. 137/140).

A **Defesa do réu Nelson** foi no mesmo sentido. (fl. 145/151).

É o relatório.

FUNDAMENTO e DECIDO.

A ação penal é **improcedente**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE PRAIA GRANDE

FORO DE PRAIA GRANDE

2ª VARA CRIMINAL

AV. DR. ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101, Praia Grande - SP -
CEP 11705-090

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De acordo com a instrução em juízo, *não ficou comprovada a responsabilidade do acusado.*

Como bem apontou o representante do Ministério Público, o *conjunto probatório não permite concluir que o réu praticou o delito apontado na denúncia*, pois este negou a prática do crime e disse que, minutos antes do roubo, estava trabalhando no município de Santos.

Segundo o *Parquet*: "(...) *Por outro lado, é certo que o ofendido apresentou versões incongruentes a respeito dos fatos, inclusive a respeito da suposta recuperação do cartão bancário subtraído.*

(...) *Neste cenário, à vista das discrepâncias nos relatos da vítima a respeito de pontos relevantes, da negativa do réu e das demais evidências colhidas, conclui-se que não existe prova suficiente de que NELSON tenha sido um dos autores do roubo descrito na denúncia.*

Sendo assim, *não há prova segura de autoria de roubo por parte do réu.*

Sendo *insuficiente o conjunto probatório*, deve vigorar o princípio do *in dubio pro reo* (a dúvida milita em favor do acusado).

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação penal e **ABSOLVO NELSON NEVES SOUZA JÚNIOR** da imputação do **artigo 157, parágrafo 2º, inciso II, do Código Penal**, com base no art. 386, inciso V, do Código de Processo Penal.

Providencie a zelosa serventia as anotações necessárias e, com o trânsito, ao arquivo.

P.R.I.

Praia Grande, 13 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**